

Ações educativas em arquivos:

diálogos possíveis na arquivologia
pós-moderna

Heritage education in archives:
dialogues in postmodern archival
science

LUÍZA ANGÉLICA LISBOA PINTO

Arquivista pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Mestranda em Gestão de Documentos e Arquivos PPGARQ – UNIRIO.

lisboa.luiza@gmail.com

PRISCILA RIBEIRO GOMES

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Professora Adjunta do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

pri.unirio@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo visa problematizar a questão: Como a ação educativa em arquivos pode contribuir para cumprir a função social que cabe aos arquivos? Buscando refletir sobre esta pergunta, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com intuito de compreender as discussões atuais e identificar na Arquivologia contemporânea a função social do arquivo e se a ação educativa é uma possibilidade de atuação. Neste sentido, destacamos a Arquivologia contemporânea e suas abordagens, com ênfase na Arquivologia pós-moderna, reconhecendo a função social do arquivo e as práticas de ações educativas em arquivos. A partir desse estudo, foi possível verificar a ação educativa em arquivos como uma proposta sólida, voltada para a aproximação das relações entre arquivo e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivologia contemporânea. Função social do arquivo. Ações educativas em arquivo.

ABSTRACT: The present paper aims to answer the question "How can heritage education in archives contribute to the social function of the archives?" Seeking to reflect on this question, bibliographical research was carried out to understand current discussions, as well as to identify in contemporary archival science its social function and whether heritage education presents a possibility of action. In this manner, we highlight contemporary archival science and its approaches emphasising on postmodern archival science, recognizing the social function of the archive and practices of heritage education in archives. From this study, it was possible to verify the heritage educational in archives as a solid proposal, focused on the approximation of kinship between archive and society.

KEYWORDS: Contemporary archival science. Social function of the archive. Heritage education.

Introdução

Pensando na pluralidade dos arquivos enquanto instituição e nas suas diversas funções, buscou-se problematizar educação em arquivos, na Arquivologia contemporânea, por meio da seguinte questão: Como a ação educativa em arquivos pode contribuir para cumprir a função social que cabe aos arquivos?

O artigo faz parte do referencial teórico da pesquisa, em andamento, intitulada provisoriamente como “Diretrizes para ações educativas em arquivos”, do PPGARQ, que visa propor uma diretriz para ações educativas em arquivos partindo dos seguintes pressupostos: 1) A Política Nacional de Educação Museal (PNEM) pode ser pensada como referência para a formulação de um Plano Nacional de Educação em Arquivos. 2) A análise da formulação e implementação da PNEM abre caminhos para repensar o papel do arquivo na sociedade, ao servir de referência para criar e valorizar ações educativas que aproxime o público dos arquivos.

Como metodologia para o presente artigo realizou-se uma pesquisa bibliográfica com intuito de compreender as discussões atuais e identificar na Arquivologia contemporânea a função social do arquivo e se as ações educativas constituem uma possibilidade de atuação. Ressalta-se, porém, que o artigo não se trata de uma defesa da Arquivologia pós-moderna ou funcional, mas sim uma oportunidade de verificar como alguns estudiosos têm se debruçado dentro desta nova perspectiva.

Diante do exposto, dividiu-se o artigo em três seções, a primeira discutirá sobre a Arquivologia contemporânea, a segunda refere-se à função social do arquivo e a última seção abordará as ações educativas em arquivos.

Considerações sobre a Arquivologia contemporânea e a Arquivologia pós-moderna

A seção não pretende fazer uma análise do que vem a ser a Arquivologia contemporânea e toda complexidade do termo, propõe-se expor as ideias de alguns estudiosos da contemporaneidade para compreender as perspectivas que aqui são consideradas.

A Arquivologia como toda ciência passa por momentos de transição, por um processo de mudança paradigmática. Para Kuhn (2013) as mudanças paradigmáticas são impulsionadas por anomalias, fenômenos que a área não

se preparou para investigar. Instala-se, então, um contexto de crise que propicia o desenvolvimento da pesquisa de forma exponencial e com uma “proliferação de articulações concorrentes, a disposição de tentar qualquer coisa, a expressão de descontentamento explícito, o recurso à filosofia e ao debate sobre os fundamentos” (KUHN, 2013, p. 176). Sendo assim, como demonstrado por Cook (2018, p. 66) a Arquivologia “refletiu e evoluiu através de várias dessas fases sociais: desde o positivismo europeu oitocentista, passando pelo gerencialismo do *New Deal* americano, até as teorias mcluhanistas sobre mídia nos anos 1960 e o historicismo pós-moderno mais recente”.

Schmidt (2012), em sua tese, afirma que a Arquivologia contemporânea tem seu início a partir do final da década de 80 com as novas tecnologias da informação e comunicação, que com passar do tempo tornaram-se cada vez mais integradas ao dia-a-dia da sociedade. Têm-se então a necessidade de repensar as práticas na tentativa de atender as transformações e os desafios apresentados. Ainda para autora, a Arquivologia contemporânea possui seis abordagens, são elas: a australiana do *Records Continuum*, com objeto científico a informação gerada pelos processos; a pós custodial, de origem portuguesa, com objeto científico a informação social; a arquivística integrada, de Québec, Canadá, com a informação orgânica; a arquivística funcional ou pós-moderna, do Canadá inglês, tem como objeto o *process-bound information*; a diplomática contemporânea ou arquivística, do Canadá inglês e da Itália, com documento de arquivo; e os estudos sobre a tipologia documental e identificação, espanhol, que tem como objeto o arquivo e o documentos de arquivo.

A Arquivologia pós-moderna ou funcional, inicia-se na década de 1980 com Hugh Taylor e foi adotada e difundida principalmente por Terry Cook. Para Cook, a Arquivologia se divide da seguinte forma: “a Arquivologia pré-paradigma (Era Vitoriana), a Arquivologia clássica desde do Manual dos Holandeses de 1898 até os últimos anos (modernismo), e agora o prospecto de um novo paradigma para a Arquivologia (pós-modernismo)”. (2012, p. 136) E destaca o fundamento de cada fase, ao afirmar que

os pré-modernistas tinham fé no documento refletido atos e fatos empíricos, e na História da escola de Von Ranke, como capaz de interpretar tais documentos para chegar à realidade objetiva do passado histórico; o Modernismo questionou a objetividade da História, percebendo que haviam diversas interpretações históricas possíveis de um mesmo conjunto de documentos descrevendo o mesmo assunto ou evento; o

pós-modernismo questiona a objetividade e “naturalidade” desses documentos (COOK, 2012, p. 136).

Apesar de explicada de forma linear, a história da Arquivologia é composta por uma sobreposição e correntes distintas vivendo em um processo de ebulição, como bem mencionado por Cook (2018, p. 67), “o pêndulo do pensamento oscila de um lado para outro, à medida que a uma geração soluciona os problemas da geração anterior, criando, porém, novos problemas para a geração seguinte”. Esta constante transformação demonstra que a Arquivologia não é uma disciplina estanque e têm se desenvolvido frente aos novos desafios, reafirmando o quanto as mudanças paradigmáticas se mostram fundamentais para o avanço de qualquer campo do conhecimento.

Influenciados pelas ciências sociais, em especial, pelos textos de Foucault “A Arqueologia do Saber”, de 1969, e de Derrida “O Mal de Arquivo”, de 1995, os autores: Terry Cook, Tom Nesmith, Brien Brothman, Eric Ketelaar, Sue McKemmish, Laura Millar, David Bearman, Hans Booms, Verne Harris, Ciara B. Trace e Barbara Craig são exemplos de adeptos a esta abordagem contemporânea. Nesmith (2018, p. 157) destaca que o pós-modernismo propõe a recontextualização do fazer arquivístico como um processo, pois para eles

o pós-modernismo sustenta que os documentos e os arquivos, como meios de comunicação são limitados por várias influências e fatores que condicionam, e que tais limitações por sua vez condicionam o que podemos conhecer através deles. Portanto, são produto de processos indeterminados de conhecimento e deles participam como agentes.

Além disso, a abordagem funcional elenca cinco temas principais que carregam a “necessidade de reconceituar alguns dos nossos conceitos teóricos básicos para o futuro” (COOK, 2018, p. 62), são eles: a razão de ser dos arquivos; formas de preservação de documentos autênticos e confiáveis; a fonte da teoria arquivística e a arquivologia funcional; arquivistas como agente ativo no processo; e a Arquivologia em constante transformação. Para Brothman (2018) a informação é parte do processo histórico cultural e sua negação no trabalho arquivístico constitui na manutenção e descolamento do seu papel social, ponto que será mais aprofundado na próxima seção.

Neste sentido, a abordagem pós-moderna da Arquivologia contemporânea não nega as teorias e visões vigentes, pelo contrário, para Ketelaar

(2019) essas novas perspectivas ampliam a forma de interpretar o arquivo, abrindo espaços para discussões, o que favorece um repensar da área com novas possibilidades de interação.

A função social do arquivo

Dentro da abordagem pós-moderna a razão de ser do arquivo é um dos pontos propostos a ser revisitado e repensado. Esta seção apresentará brevemente esta nova proposta, pois entende-se que um artigo não é suficiente para ponderar todas as vertentes desta nova concepção.

De acordo com Fonseca (2005, p. 60), ao analisar a Arquivologia pós-moderna, é possível identificar que ocorre uma migração dos motivos de criação dos arquivos que passam de uma “justificativa jurídico-administrativa, ancorada em conceitos de Estado, para uma justificativa sociocultural, ancorada em políticas e usos públicos mais amplos”. Sendo assim, os pós-modernistas refletem os arquivos sob a perspectiva social no qual seus objetivos e seus interesses perpassam por questões como “à responsabilidade, à identidade, à inclusão e à justiça social”. A noção de arquivo “como arsenal para responsabilidade” e como “lugar de memória coletiva” inclui uma perspectiva mais ampla” (MACNEIL, 2016, p. 8). Esta visão propõe que os arquivos devem servir a sociedade, pois “os arquivos são do povo, para o povo e, em geral, pelo povo” (COOK, 2018, p. 39).

Esse paradigma social é defendido pela primeira vez na Arquivologia, segundo Cook (2018), por Booms ao afirmar que os valores da sociedade precisam ser refletidos nos arquivos e destaca a relevância da participação da sociedade na avaliação como uma forma de legitimar seus valores. Dentro desta mesma visão, Brothman (2018) reflete sobre o conceito de ordem, em que o valor e a ordem são frutos de um processo social e definem o que é efêmero, duradouro ou lixo. Sendo assim, a ordem criada nos arquivos incorpora os valores da sociedade e estes não podem ser desconsiderados.

Bellotto (2014), em palestra proferida na Universidade Federal de Minas Gerais, problematiza o sentido dos arquivos e esclarece que a finalidade do arquivo se encontra na obrigação de “oferecer serviços à sociedade, materializados nas informações prestadas às entidades, aos cidadãos e aos estudiosos” (BELLOTTO, 2014, p. 10). Demonstrando que o arquivo não está mais restrito ao Estado e ao historiador, um acesso mais amplo se inicia, em especial, com as realidades “democráticas, políticas e econômicas, as-

sim como os interesses institucionais e profissionais” (BROTHMAN, 2018, p. 103). Iacovino também convida a reflexão neste sentido ao afirmar

que em uma sociedade democrática, os documentos dão suporte a valores da democracia. Em sociedades não democráticas, eles servem aos fins daquela sociedade e estão sempre carregados de valores. (2016, p. 270)

A autora vai além ao levantar as responsabilidades sociais contidas no arquivo e questiona a atuação ética do arquivista no impasse público, privado e na parceria entre o público e o privado. Pontos como confiança, responsabilidade governamental, liberdade de informação e transparência são elementos fundamentais para manutenção do regime democrático e para prática do arquivista.

Para além das responsabilidades aqui levantadas do arquivo, o “lugar de memória”, termo utilizado de forma recorrente, passa por uma ressignificação incluindo perspectivas de identidade, cidadania e governança. Hedstrom (2016) destaca as várias visões de memória que estão contidas nos arquivos, salientando os estudos de arquivo com a memória coletiva. Cabe ressaltar, alguns tópicos recorrentes na literatura arquivística sobre o tema pontuado pela autora, são eles:

o impacto das tecnologias da informação e da comunicação sobre a transmissão da memória, o uso de traços tangíveis e intangíveis de memória como fontes de conhecimento sobre o passado, o papel dos arquivistas na modelagem da memória coletiva por meio da avaliação e da descrição dos arquivos, a relação dos arquivistas com outros fornecedores de memória e o uso do arquivo na reconstituição de memórias que haviam sido suprimidas ou perdidas (HEDSTROM, 2016, p. 247)

Dentro dessas abordagens, a autora afirma que o arquivo como formador de memória social dependerá de sua posição e de seus documentos dentro dos vários contextos junto a outros dispositivos transmissores de memória. E que o valor social do arquivo se encontra no fato de ser antes de tudo uma fonte, ao afirmar que

Talvez os arquivos tenham seu máximo valor não quando a memória coletiva persiste, mas quando eles **oferecem as únicas fontes de infor-**

mação sobre acontecimentos e ideias há muito esquecidos, conhecidos por rumores, mas não por provas, ou reprimidos e mantidos em segredo. Em vez de afirmarem que os arquivos de uma nação são sua memória, ou que, sem o arquivo, não haveria memória, os arquivistas poderão se beneficiar de melhor compreensão de como **os arquivos são mobilizados para descoberta ou recuperação de provas que estavam perdidas ou negadas a comunidades em busca de memória** (Ibidem, p. 255, grifo nosso).

Tais afirmações de Hedstrom, não negam a visão social do arquivo pelo contrário, instiga a uma reflexão de como os estudos de memória são absorvidos pela comunidade arquivística e suas limitações em utilizá-los sem considerar as contextualidades, particularidades culturais de criação e usos. Bastian (2019) também nos convida a incluir a memória explicitamente na pauta dos estudos arquivísticos e que tal posição proporciona a expansão do próprio arquivo.

A função social do arquivo também foi abordada por Ketelaar (2018) ao demonstrar a importância de se criticar a política de memória adotada pelo Estado e pela instituição, pois as políticas adotadas serão refletidas nas práticas arquivísticas e nos acervos. Ao aceitar a influência das Ciências Sociais no que se refere ao entendimento acerca das relações contidas no arquivo sendo este resultado das relações sociais, no que ele intitula de virada social, o autor defende que o arquivo é um processo, uma prática social e cultural mediada.

De acordo com Bellotto

[...] é com este sentido de pleno acesso do cidadão ao universo da informação, seja a de caráter jurídico, trabalhista, militar, previdenciário, econômico, cívico etc., tanto quanto a de caráter cultural, social, educativo e de entretenimento, que os arquivos devem se posicionar na sociedade. (2017, p. 134)

E é dentro desta perspectiva que a função social do arquivo aflora. A função social do arquivo engloba não só o uso do arquivo, do registro em si, mas a pluralidade de contextos e narrativas presentes nos acervos, e uma vasta variedade de usos que podem ser explorados a partir do contato com os documentos. Entender o arquivo como lugar que pode refletir a complexidade social, amplia a percepção do arquivo e de seus usos. O arquivo existe para

além da função administrativa, ele objetiva atender a sociedade. Partindo desta premissa as possibilidades que se abrem para estreitar e fortalecer os laços com a sociedade também se multiplicam, uma vez que esta diversidade favorece a identificação do usuário com acervo ali custodiado.

Ação educativa em arquivo

No *International Journal of Archives*, do Conselho Internacional de Arquivos, em sua primeira edição de 1980, o editor chefe James O'Neil no editorial da publicação cita as sete áreas comuns na Arquivologia pelo mundo, são elas: “*direction and planning, conservation, records management, buildings and equipment, automation, reprography and education and training*” (O'NEIL, 1980, p. 5, grifo nosso). Tais temáticas seriam contempladas na publicação por tratarem de assuntos comuns ao fazer arquivístico mundial. Chama a atenção o tema educação e ensino, onde educação abordaria as práticas realizadas nas instituições com viés pedagógico e o treinamento refere-se à capacitação das práticas arquivísticas. Ao verificar os artigos contidos nesta edição destaca-se a publicação de Michel Cook “*Teaching with Archives*”. O artigo aborda as várias atividades exercidas no programa do Reino Unido, que atende crianças e adolescentes, e propõe uma interação entre os participantes e o acervo da instituição para que compreendam a importância do arquivo, das fontes primárias e desenvolvam habilidades de pesquisa. Essas atividades são consideradas ações educativas.

Para Bellotto (2006) as ações de difusão de um arquivo são divididas em três opções: editorial, cultural e educativa. Para autora tais práticas apesar de secundárias exercem a função social do arquivo “dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro” (Ibidem, p. 227). Ainda de acordo com a autora, a ação cultural consiste em diversos projetos culturais, como exemplo exposições, efemérides, palestras, simpósios. A editorial refere-se as publicações da instituição. E a ação educativa são atividades voltadas ao público escolar e também para o que Bellotto intitula de “educação popular”, que visa atender o cidadão e pode “desenvolver nele o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que o rodeia” (Ibidem, p. 240).

Para Fratini o exercício de ação educativa é uma via fundamental para manutenção do patrimônio público e de suma relevância para um processo de educação interdisciplinar e crítico, afirmando que

a ação educativa patrimonial é essencial para a preservação e a legitimação do patrimônio público pertencente a uma cidade, estado e nação. Essa prática está relacionada diretamente com a formação dos cidadãos, com o exercício da cidadania, da democratização e apropriação da cultura, na qual o patrimônio documental está inserido. A ação educativa em arquivos mostra-se uma ferramenta importante no contexto social brasileiro para um aprendizado diferenciado. (2009, p. 1)

Os objetivos destacados por Fratini (2009) vão ao encontro da função social do arquivo despertando nos participantes uma sensação de pertencimento e auxiliando no fortalecimento do processo democrático. Se partimos do entendimento de que a democracia tende a proteger os direitos humanos, e que no rol desses direitos está incluso o acesso à cultura, a função social dos arquivos se lança também a criar meios para que esse acesso seja promovido.

Dentro das vertentes possíveis da ação educativa, Parrela (2013) realiza uma reflexão das ações educativas em educação patrimonial, analisadas e exercidas em seis instituições arquivísticas brasileiras, nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Foi possível identificar no artigo as ações educativas ainda embrionárias e outras já consolidadas, uma grande parte das atividades desenvolvidas estão voltadas para área de história. A autora espera que com a ampliação da graduação em Arquivologia no país tem-se profissionais capacitados para lidar com acervo, suas particularidades e expandir a área de atuação. Nesse sentido não basta apenas a ampliação do curso de Arquivologia, mas é necessário também um olhar cuidadoso direcionado ao currículo ofertado, pois se almejamos profissionais habilitados e sensíveis para lidar com as possibilidades educacionais nos arquivos, é fundamental também que os currículos estejam preparados para dar conta dessa realidade que se apresenta. Ao abordar a carência de disciplinas curriculares voltadas para reflexões sobre educação e arquivos, Rodrigues e Gomes (2019, p. 207) ressaltam:

Isso é relevante em muitos sentidos, sendo um deles a percepção de possíveis impactos na Arquivologia enquanto disciplina a partir de um duplo movimento, pois se de um lado a aproximação das áreas cria olhares distintos sobre os arquivos pelos arquivistas, por outro lado, provoca um movimento que pode contribuir para uma mudança na formação desses arquivistas, com base nos currículos dos cursos de graduação, visando o desenvolvimento de competências direcionadas a explorar as possibilidades educativas dos arquivos.

Ademais, Parrela (2013) enfatiza a importância de ações sistemáticas e contínuas, como prevê a definição de educação patrimonial e sugeri um desenvolvimento de atividades que devam enfatizar também as práticas arquivísticas, a importância do documento arquivístico para a garantia de direitos e a realização de ações para além da história, um trabalho que envolva também os públicos ainda inexplorados.

Cabe destacar, que tal vertente analisada por Parrela (2013) está ligada as metodologias realizadas originariamente nos museus brasileiros e que ganharam visibilidade e foram difundidas após anos 80. A Educação Patrimonial foi definida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como

Trata-se de um processo **permanente e sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-o para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo **de criação cultural** (HORTA; GRÜNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6, grifo do autor).

O trabalho com educação patrimonial promove no sujeito um empoderamento no sentido de sensibilizar para preservação dos bens culturais e sociais de modo integrado ao processo de ensino e aprendizagem. Tais atividades conseguem favorecer a realização da função social do arquivo, pois

quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos, alinhando-os à sua função informacional administrativa e científica, ele **preenche seu lugar de direito e por conquista na comunidade**. Esta deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma real fonte de cultura e saber (BELLOTTO, 2006, p. 247, grifo nosso).

Koyama (2015) trabalha as ações educativas em ambiente virtual. Em seu livro, a autora analisa as diversas práticas existentes nos arquivos em várias partes do globo. E sinaliza para a educação da sensibilidade nas práticas executadas nos arquivos atualmente. Para a autora, as realizações existentes possuem nos seus discursos vertentes como a

globalização, dos universos virtuais e das memórias midiáticas, discursos que têm-se ampliado, como parte da ideia de educação para a sociedade do conhecimento, operando no par objetividade/subjetividade, ligadas, respectivamente, à imagem de progresso tecnológico e ao consumo cultural. Sua estética dialoga com a literatura e com as artes visuais da modernidade, em sua própria construção narrativa (Ibidem, p. 290).

Tais vertentes propiciam a uma experiência no processo de aprendizado. “Os sentidos, nessa agenda educativa, são os instrumentos para a aquisição do conhecimento, ou seja, é no contato sensível com os objetos a serem utilizados no ensino que tem-se a garantia da geração do conhecimento” (KOYAMA; BUENO, 2013, p. 4).

Para Vaz e Venâncio (2018, p. 25) o desenvolvimento de ações educativas independente de sua vertente, favorecem o desenvolvimento do que eles chamam de “competência em arquivos” estimulando a formação de habilidades para uso dos arquivos formando cidadãos mais aptos “na busca da informação e de construção do conhecimento” (Idem). De acordo com os autores o arquivo público é

Um instrumento para o desenvolvimento do sujeito crítico, de compreensão do patrimônio, memória e história coletiva, trata-se de um espaço para a promoção de cidadania e para conscientização do que é democracia. É o ambiente da diversidade, visto que os atores sociais são diversos e todos detentores do mesmo direito de compartilhar e usufruir desse espaço e desse patrimônio cultural (Idem, p. 25).

E neste espaço tão plural que o arquivo e as ações educativas aparecem como uma vertente para fortalecer e ampliar a relação arquivo-sociedade.

Considerações Finais

A Arquivologia contemporânea teve seu início nos anos 80, resultado de um processo de transição social com o uso das tecnologias da informação e comunicação. A Arquivologia pós-moderna ou funcional, teve sua origem também neste período no Canadá inglês com Hugh Taylor, seu objeto constitui *process-bound information*, onde a informação é fruto de um processo. Nesta perspectiva vários pontos são questionados, entre eles a razão de ser dos arquivos.

Sob essa ótica, a abordagem pós-moderna, a abordagem pós-moderna, influenciada pelas teorias das ciências sociais, afirma que o arquivo é fruto de um processo social e que sua finalidade é atender a sociedade. Neste sentido, a função social do arquivo visa não só atender aos vários usuários e usos, mas consolidar a relação arquivo-sociedade sob os aspectos da identidade, cidadania e governança, fortalecendo assim a democracia.

Visando atender tal função, as ações educativas, que já existem há mais de setenta anos, porém de modo bastante carente, tendo mais ênfase em estados específicos no caso Brasil, se apresentam como uma alternativa potencial com vistas a atrair o público. As primeiras atividades sistemáticas são do Arquivo Nacional da França na década de 50. Tais práticas apesar de não difundidas de forma maciça na Arquivologia, têm-se demonstrado como uma possibilidade sólida de criação de vínculos a curto, médio e longo prazo na sociedade.

Verifica-se que as práticas de difusão por meio das ações educativas que entram neste “novo arquivo”, vão ao encontro a sua função social, pois os arquivos “são do povo, para o povo e pelo povo” (COOK, 2018, p. 63). As ações educativas visam uma aproximação entre o cidadão e o arquivo, uma vez que possibilitam o acesso e compreensão da importância do acervo ali presente, despertando um senso de pertencimento e identidade aos envolvidos. Logo, esse sentido de inclusão gera não só uma maior visibilidade da instituição, como desperta para um trabalho envolvendo questões de cidadania, possibilitando o exercício do direito por meio dessas ações.

Referências bibliográficas

- BASTIAN, Jannette A. "Pesquisa de Memória/Pesquisa Arquivística". In: GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue, LAU, Andrew. **Pesquisa do Multiverso Arquivístico**. Salvador: 9 Bravos, 2019, pp. 65-83.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. "Arquivo e Sociedade: Políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação". In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo Estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, pp. 132-143.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. "O sentido dos arquivos". In: **I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais**, 1, 2014, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 07 de abril de 2014, pp. 1-12. Disponível em https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd_14012774465385cc06bbb48--fala_bellootto.pdf. Acesso em: 05/05/2017.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BROTHMAN, Brien. "Ordens de valor: questionando os termos teóricos da prática arquivística". In: HEYMANN, L; NEDEL, L. **Pensar os arquivos: uma antologia**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2018, pp. 83-120.
- COOK, Terry. "O passado é prólogo: uma história das ideais arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma". In: HEYMANN, L; NEDEL, L. **Pensar os arquivos: uma antologia**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2018, pp. 17-81.
- COOK, Terry. "Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos". In: **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 123-148, jul.-dez. 2012.
- FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- FRATINI, R. "Educação patrimonial em arquivos". In: **Histórica** – Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 34, 11 pp. 2009.
- HEDSTROM, Margaret. "Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia". In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, pp. 237-259.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRÜNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Imperial, 1999.
- IACOVINO, Livia. "Os arquivos como arsenais de responsabilidade". In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, pp. 261-302.
- KETELAAR, Eric. "As viradas e as voltas arquivísticas: estudos sobre arquivo". In: GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue, LAU, Andrew. **Pesquisa do Multiverso Arquivístico**. Salvador: 9 Bravos, 2019, pp. 65-83.
- KETELAAR, Eric. "(Des)construir o arquivo". In: HEYMANN, L; NEDEL, L. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2018, pp. 193-206.
- KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: ação educativa no universo virtual**. São Paulo: ARQ-SP, 2015.
- KOYAMA, Adriana Carvalho; BUENO, João Batista Gonçalves. "Educação dos sentidos e das sensibilidades: olhares entrecruzados sobre artefatos de ensino na contemporaneidade". In: **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: ANPUH, 22 a 26 julho 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371302223_ARQUIVO_educacaodassensibilidades3.pdf. Acesso em: 03/06/2016.
- KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 12ª ed. 2013.
- MACNEIL, Heather. "Correntes em transformação". In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, pp. 7-18.
- NESMITH, Tom. "Relendo os arquivos: novas contextualidades para a teoria e a prática arquivística". In: HEYMANN, L; NEDEL, L. **Pensar os arquivos: uma antologia**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2018, pp. 155-176.

PARRELA, I. "Educação patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia". In: **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, pp. 104-116, 2015.

O, NEIL, James E. "Editor-in-Chief's Comments". In: **International Journal of Archives**. Paris: International Council on Archives, v. 1, n. 1, pp. 5-6, 1980.

RODRIGUES, Fernanda da Silva; GOMES, Priscila Ribeiro. "Arquivo e Educação: Diálogos e Possibilidades". In: BARROS, T.H.B; SANTOS JÚNIOR, R.L; CÂNDIDO, G.G.

A pesquisa e o ensino da Arquivologia: perspectivas na era digital. Belém: Editora UFPA, 2019, pp. 204-2012.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos.

Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações. (2012. 320 pp.). Tese (Doutorado Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 10 dez. 2012.
VAZ, Glaucia Aparecida; VENÂNCIO, Renato Pinto. "Marketing, Difusão, Ação e Mediação Cultural em Arquivos Públicos". In: **RACIn**, João Pessoa, v. 6, n. 1, pp. 1-29, jan.-jun. 2018.

Recebido em: 24/09/2020

Aprovado em: 01/12/2020